



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,8% São Paulo	127.857 5/12 6/12 9/12 10/12	R\$ 6,048 (- 0,57%)	4/dezembro 6,047 5/dezembro 6,009 6/dezembro 6,070 9/dezembro 6,082	R\$ 1.412	R\$ 6,366	11,15%	Julho/2024 0,38 Agosto/2024 - 0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39

POLÍTICA MONETÁRIA

Selic fecha ano em 12,25% e BC vai intervir no dólar

Analistas veem decisão como “choque monetário” e setor produtivo acha elevação “injustificada”. Autoridade monetária leiloará US\$ 4 bi

» ROSANA HESSEL

Diante da piora das perspectivas para o câmbio e a inflação, após a frustração do mercado financeiro com o pacote de ajuste fiscal do governo, o Banco Central atendeu, ontem, aos apelos do mercado e até foi mais duro do que o esperado. O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu elevar a taxa básica da economia (Selic) de 11,25% para 12,25% ao ano. A autoridade monetária também anunciou que fará, hoje, uma intervenção no câmbio: serão dois leilões de dólares, com oferta total de US\$ 4 bilhões — a primeira desde que a moeda norte-americana ultrapassou a barreira histórica dos R\$ 6.

O comunicado divulgado ao fim da reunião informou que os nove diretores do BC, incluindo o presidente, Roberto Campos Neto, votaram pelo aumento de 100 pontos-base. Mas o texto chamou a atenção de economistas por não incluir a palavra unânime, como nas últimas decisões.

A elevação dos juros básicos foi a maior desde março de 2022 e, agora, a Selic retorna ao mesmo patamar de novembro de 2023. O Copom também sinalizou que, nas próximas duas reuniões, pretende elevar a Selic na mesma magnitude “se confirmado o cenário esperado”. “A magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”, destacou a nota do BC. O Copom ainda piorou as previsões para inflação deste ano, de 4,60% para 4,9% — acima do teto da meta, de 4,50% — e elevou de 3,9% para 4,50% a estimativa do indicador de carestia em 2025.

Analistas avaliam que a taxa terminal do ciclo de aperto monetário, iniciado em setembro, deverá terminar quando a Selic

chegar a 15% anuais em 2025. É o caso de Julio Hegedus, economista da Confiance Tec. Ele acredita que a Selic poderá chegar a 15% e, segundo ele, isso dependerá da “desancoragem de expectativas da inflação, do câmbio próximo de R\$ 6 e as dificuldades políticas e de um ajuste fiscal mais efetivo e profundo.”

“Há, não apenas uma piora das expectativas de inflação, mas a resistência da inflação corrente e a preocupação com o risco inflacionário gerado pelo câmbio independente por causa da pressão cambial”, analisou Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Credibilidade

De acordo com comunicado do Itaú Unibanco, que já esperava o resultado de ontem, o Banco Central tentou dar um choque de credibilidade. “Embora menos provável, alguns membros podem ter optado por um ritmo diferente de aumento, digamos 75 pontos-base, mas acabaram apoiando a maioria para minimizar ruídos”, destacou a nota da equipe de economistas da instituição.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, avaliou que a decisão do Copom teve como objetivo principal acalmar o mercado devido à deterioração das expectativas recentes para a inflação, a curva de juros futuros e o dólar. Ele lembrou que o BC anunciou um leilão de linha (de dólares) para esta quinta-feira, como sinal de maior interferência no mercado de câmbio. “O BC está tentando dar um choque para acalmar o mercado, diante da instabilidade muito grande desde a semana passada, que fez o dólar ser negociado acima de R\$ 6. Mas o BC de Campos Neto está atendendo os pedidos do mercado, como ele fez nos momentos de corte dos juros”, afirmou.

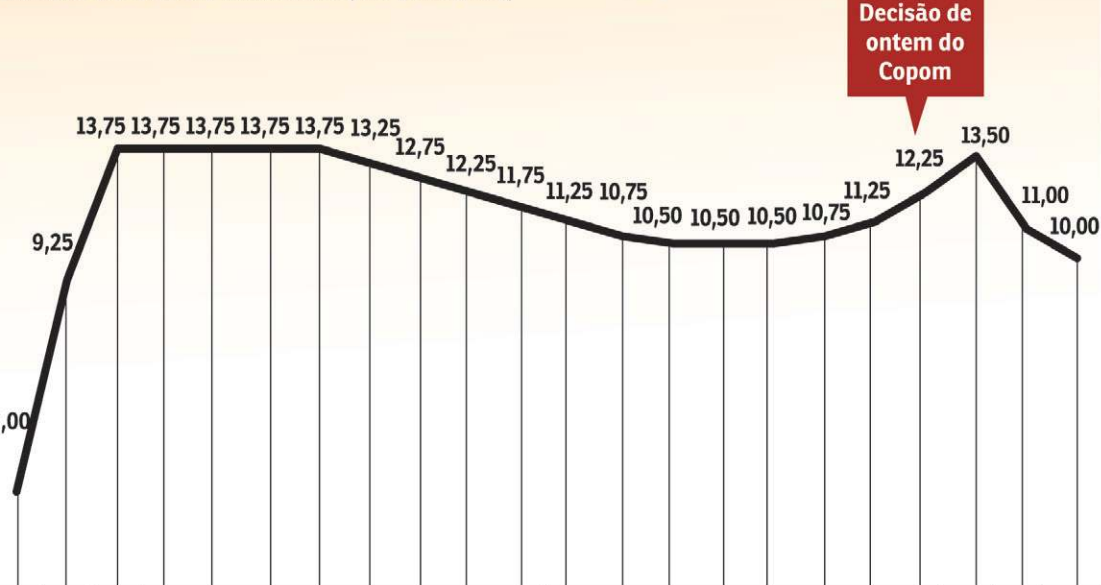
Para Arnaldo Lima, líder de relações institucionais da Polo Investimentos, o aumento da Selic em mais 2,0 pontos percentuais até março de 2025 é tempo suficiente para o governo conseguir

Escalada

Após a frustração do mercado com pacote fiscal do governo federal e piora nas perspectivas para as contas públicas, Banco Central resolve fazer um aperto mais forte na política monetária e eleva os juros básicos em 100 pontos-base



DECISÃO DO COPOM TAXA SELIC (EM % AO ANO)



*Mediana das projeções do mercado coletadas no boletim Focus, do Banco Central, de segunda-feira (9/12)
Fonte: Banco Central

aprovar o pacote fiscal e reancorar as expectativas. “Ressalta-se que a partir do ano que vem, o regime de metas deixa de adotar o ano-calendário e passará a adotar a meta contínua, o que é mais um instrumento para trazer maior previsibilidade”, ressaltou.

Críticas

A paulada de 100 pontos-base na taxa básica foi recebida com preocupação pelo setor

produtivo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), emitiram notas criticando a decisão e demonstrando preocupação com a perda de competitividade da indústria nacional. O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, por exemplo, disse que a decisão terá efeitos negativos sobre a

indústria brasileira, como a perda de competitividade nos mercados interno e externo.

Apesar de reconhecer que a decisão do Copom reflete o cenário atual de desconfiança com relação à trajetória da dívida pública, a Firjan considerou o aumento dos juros “excessivo”. A Confederação Nacional da Indústria classificou como “incompreensível e totalmente injustificada” a decisão do comitê.

Haddad reage reticente a BC

» RAPHAEL PATI

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevar a taxa básica de juros para 12,25%, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, salientou não acreditar que o pacote fiscal apresentado no dia 27 de novembro tenha causado impacto no aumento mais forte da Selic. “Foi uma surpresa” por um lado, mas tinha uma precificação nesse sentido”, disse o ministro, reticente no comentário. “Vou olhar com calma e vou analisar no comunicado, vou falar com algumas pessoas, depois do período de silêncio”, completou.

Haddad disse que há uma dificuldade de parlamentares em processar as medidas propostas. “Nós enviamos um ajuste que consideramos adequado e viável politicamente. Poderia ter mandado o dobro para lá, mas o que vai sair é o que importa”, acrescentou.

O ministro ainda ressaltou que acredita ser suficiente o prazo apertado do Congresso Nacional para aprovar as propostas enviadas antes do recesso parlamentar. “Nós procuramos calibrar o ajuste para as necessidades de manutenção da política fiscal”, completou.

Mercado

Antes mesmo do anúncio do Copom, o mercado ficou animado durante o pregão de ontem, com as ações de bancos e da Petrobras em ritmo de alta, além de resultado positivo no setor de serviços. Diante disso, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) subiu 1,06%, aos 129.593 pontos. Foi a terceira alta consecutiva da bolsa, o que não ocorria desde outubro.

O dólar encerrou o dia em queda substancial de 1,30%, cotado a R\$ 5,96. Vale destacar que a moeda norte-americana não fechava um pregão abaixo de R\$ 6 desde o final de novembro.

LEGISLATIVO

PLP que trata da dívida dos estados volta ao Senado

Já era tarde da noite de terça-feira quando a Câmara dos Deputados aprovou, por 413 votos a favor e 4 votos contrários, o projeto que cria um novo regime de renegociação das dívidas dos Estados com o governo federal. A proposta, que é de iniciativa do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltará à análise dos senadores.

O projeto permite que Estados endividados que aderirem ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) terão uma redução do indexador das dívidas com a União, com prazo de 30 anos para pagamento. Hoje, os

valores são corrigidos pela inflação mais uma taxa real de 4%. A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que concentram juntos a maior parte do estoque da dívida dos entes federativos com a União.

O relator do projeto na Câmara, deputado Luizinho (PP-RJ), fez algumas alterações no texto aprovado pelo Senado. Entre as principais mudanças, está a ampliação no prazo para adesão ao programa para que os Estados tenham mais tempo de se ajustarem às regras. Enquanto o texto original previa 120 dias após a publicação da lei, o substitutivo

Marcos Oliveira/Agência Senado



De autoria de Pacheco, projeto deve ser aprovado ainda este ano

amplia esse prazo até 31 de dezembro de 2025.

O texto também determina um cronograma gradual de

pagamento das dívidas para Estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul, que optarem por ingressar no novo programa. As parcelas começarão em 20% do valor das prestações devidas no primeiro ano, até atingir 100% no quinto ano.

Juros

As dívidas poderão ser pagas com juros reais (descontada a inflação) de 0% a 2% ao ano com a transferência de ativos do estado para a União, e a troca de parte dos débitos por investimentos em educação — quanto mais o estado consgue repassar, menor o juro, até cair a zero.

O relatório aprovado pela Câmara estabelece novas alternativas para o pagamento das dívidas, como transferência de receitas de vendas de ativos, recebíveis de compensações

financeiras geradas pela exploração de recursos naturais e cessão de recebíveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

O parecer também flexibiliza as exigências ao permitir que Estados que demonstrarem impossibilidade técnica e operacional para aplicar 60% dos recursos em educação profissional técnica de nível médio, poderão apresentar um plano alternativo, investindo ao menos 30% em educação.

Outra alteração proposta pelo relator permite que estados em calamidade fiquem desobrigados de fazer depósitos no Fundo de Equalização Fiscal. Os Estados que ingressarem no Propag precisarão fazer aportes anuais neste fundo, com valores que variam conforme o tipo de adesão ao programa.